

STREECK, Wolfgang. *How will capitalism end? Essays on a failing System*. London; New York: Verso, 2016.

Marina Rute Pacheco

How will capitalism end? reúne uma série de artigos que foram publicados, em sua grande parte, na *New Left Review* ao longo da segunda década do século XXI. Engenhoso e extremamente atual, o livro tem por *leitmotiv* a compreensão tanto do desencadeamento de uma crise profunda do capitalismo a partir da última grande crise financeira, ocorrida em 2008, quanto suas implicações para a teoria social – sobretudo as repercussões na macrosociologia política e suas relações com a economia política. Nesse sentido, o principal enfoque do livro é a crise, tanto da sua economia, o capitalismo, quanto da sociedade moderna em si – o que já anunciava sinais de desgaste econômico desde os anos 70, cenário de reestruturação produtiva e início de um longo período de estagnação. Através dessa reflexão, Streeck considera como o sistema capitalista pode chegar a seu fim, partindo de suas próprias contradições intrínsecas, independentemente do regime que o sucederia.

O cenário pós-queda do muro de Berlim, em 1989, como emblema do triunfo do capitalismo e instauração daquilo que ficou conhecido como fim da história, pode ser considerado como uma antessala de um período letárgico da sociedade contemporânea. Independentemente da renda, os indivíduos que nela vivem estão encarcerados na lógica do consumo, sobretudo individual, de modo que as noções de bens, ação e organização coletivas deixam de ter sentido. Trata-se, portanto, de indivíduos que vivem ensimesmados e num estado

de apatia. O argumento provocativo do livro orbita na seguinte lógica: se, em seu período liberal, o capitalismo desenvolveu meios de conter o movimento político revolucionário através da cooptação e da repressão via aparato do Estado, no século XX, o capitalismo fora convertido à utilidade pública sob a égide dos Estados de Bem-Estar Social e a serviço da economia de guerra. A partir da década de 1970, porém, iniciou-se um período de desintegração do capitalismo socialdemocrata de base keynesiana, acompanhado por um assolamento da economia e das instituições políticas devido às sucessivas crises. A dívida acumulada pelos países que compõe a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) no mundo aumentou de forma constante e bastante significativa, de tal forma que a inflação de escala global foi seguida pelo aumento exorbitante da dívida pública, principalmente nos anos 80, ocasionando, por conseguinte, um aumento acentuado do endividamento privado nos anos 90 daquele mesmo século.

De acordo com o autor, a sociedade contemporânea mostra muitos sintomas de crise: a evidente diminuição do crescimento econômico, aprofundada após a crise de 2008; o visível aumento do endividamento global nos principais países da economia capitalista; e a acentuada desigualdade econômica de renda e de riqueza. Assim, o cenário atual aponta para um diagnóstico de multimorbilidade, reforçando o *réquiem* de uma crise final, duradoura, permeada por um ambiente de barbárie, ou, como é expresso pelo autor, uma sociedade pós-social e subinstitucionalizada. Ou seja, a crise final coincide com o período de *interregno*, em que a sociedade antiga está acabada, mas a nova ainda não tem condições de alvorecer no mundo. Afinal, o capitalismo contemporâneo apresenta uma integração sistêmica frágil, caracterizado pelo oportunismo de indivíduos individualizados e coletivamente incapacitados pelo alastramento da corrupção em todos os âmbitos da vida, pela anarquia global e apropriação privada de estruturas pú-

blicas, pela estagnação econômica e pelo aumento do domínio oligárquico em detrimento do democrático. Do ponto de vista empírico, o desmantelamento dessas instituições pode ser percebido na letargia generalizada, o que é notável no âmbito da política e resulta no declínio da participação e na alta volatilidade do eleitorado, produzindo, por conseguinte, maior fragmentação eleitoral e instabilidade governamental. Além disso, o autor identificou a resiliência como um termo em voga, por refletir, de certa forma, essa inércia coletiva capaz de suportar os ataques neoliberais através da adaptação a situação.

A crise de 2008, portanto, é consequência do encadeamento das crises do pós-guerra, mas, principalmente, da solução dada para a crise da década de 1990, advinda desde os anos 1970. Se a legitimidade do pós-guerra estava fundamentada na potência dos Estados de intervir nos mercados e de garantir a recuperação econômica, na contemporaneidade, a impotência dos governos torna-se nítida, com a substituição do modelo keynesiano pelo modelo hayekiano. A social-democracia, sob o keynesianismo, é considerada um obstáculo para a eficiência neoliberal sob a égide do hayekianismo, cujo marco é o crescimento econômico baseado no insulamento dos mercados, com suas vantagens acumulativas contra as políticas redistributivas. Streeck destaca não apenas o caráter ideológico do neoliberalismo, mas também o considera uma fórmula de desenvolvimento que contém, em si mesma, aspectos que corroboram a implosão da sociedade moderna e do próprio capitalismo. Nesse sistema, que contém o motor da criação autodestruidora em função dessa política de liberalização, os mercados se comportam como autorreguláveis, esfacelam as fronteiras e os limites possíveis, e incentivam o triunfo dos interesses do indivíduo egocentrado, em detrimento da coletividade.

Juntamente com o progresso do neoliberalismo, houve um esfacelamento do modelo democrático, cujo cerne está no cidadão, em

detrimento da redução do aparato estatal, que agora atende a um cidadão-cliente. As relações entre o Estado e o mercado foram afetadas pela comercialização da vida social de tal modo, que houve a transformação da relação entre os cidadãos e o Estado, com sua reduzidíssima esfera pública: se antes eles eram usuários dos bens públicos, agora não são senão consumidores – haja vista a redução dos gastos sociais e a privatização dos serviços públicos. A diferença substancial entre a provisão pública e a privada está no tratamento igualitário, quando oriunda do Estado, e no tratamento individual, quando acionada pelos mercados privados. Esta é a razão, inclusive, da motivação para a privatização dos serviços públicos. O maior expoente disso está no movimento do “novo gerencialismo público”, que, ao importar o modelo de gerência do setor privado, busca melhorar a *performance* da máquina pública, por concebê-la como ineficiente e custosa. Nesse sentido, os cidadãos passam a conceber suas relações com os burocratas como clientes, ao passo que os funcionários do Estado deixam de agir como representantes da lei e passam a agir sob a lógica da prestação de serviços, em um mercado competitivo.

É interessante notar que, apesar de se tratar de temas bastante próximos, Streeck não estabelece diálogos com a obra de maior envergadura sobre o capitalismo contemporâneo: *Para além do Capital* de Mészáros.¹ Livro de abordagem marxista densa, estabelece reflexões acerca do sistema sociometabólico do capital e sua lógica intrinsecamente destrutiva. Ambos concordam que o sistema mostra-se incontrolável devido a seu caráter expansionista e destrutível, e o momento atual é concebido como imerso numa crise permanente. Mas, se, para Mészáros, trata-se de uma crise estrutural do capital, e, no horizonte, há a destruição da humanidade em si mesma, se não houver uma guinada à alternativa societal de caráter socialista, Streeck não vê senão um quadro distó-

¹ MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria de transição*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

pico, identificando a desintegração paulatina de um sistema com baixa capacidade de circunscrever uma sociedade estável, tendo em vista uma vida regida pela lógica neoliberal, na qual a acumulação do capital privado não se apresenta exitosa. Nessa lógica, o progresso da sociedade moderna demarca seu final, cuja erosão é sinalizada, inclusive, pelo baixo crescimento econômico global, pelo exorbitante endividamento público e privado, além da ampliação excessiva da desigualdade.

Apesar de *How will capitalism end?* não apontar como perspectiva de superação um regime que suceda o capitalismo, posto que é dado o seu fim no atual momento de crise generalizada da sociedade contemporânea, o livro traz a dimensão prescritiva fincada na Sociologia Pública. Do ponto de vista de um cenário pessimista firmado no pós-crise de 2008, Streeck compreende, como tarefa da sociologia, uma guinada ao âmbito público, de tal modo que é preciso levar o conhecimento da ciência para o senso comum e restaurar a capacidade explicativa à sociedade contemporânea, ideia cujo principal expoente é Michael

Burawoy.² Porém Streeck enfoca a necessidade de incorporar a economia política na macrosociologia. Ora, a sociologia moderna, há tempos, está desprovida de respostas à situação global, uma vez que a economia deixou de ser central para a teoria social. Isso não implica a consideração da economia como um subsistema predominante da sociedade; ao contrário, significa compreender o capitalismo sob os aspectos organizadores da economia capitalista, permeado por conflitos geridos pelo sistema político, além de considerá-lo como um modo de vida orientado pelas interações entre a estrutura social, a expansão do mercado e os valores coletivos do mundo social da vida. Nesse sentido, trata-se, portanto, de um elogio à “sociologia econômica”.

Recebido para publicação em 22 de maio 2017
Aceito em 17 de agosto de 2017

² BURAWOY, Michael. *Por uma Sociologia Pública*. Revista de Ciências Sociais, n. 25, 2006.

Marina Rute Pacheco – Doutoranda em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). Desenvolve pesquisa de doutoramento sobre A Ironia em Maquiavel. Possui mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (FFCH-UFBA) e bacharelado em Ciências Sociais com ênfase em Ciência Política pela mesma instituição. Desde 2012 atua junto à linha de pesquisa Instituições políticas subnacionais (diretório CNPq) do Centro de Estudos e Pesquisa em Humanidades (CRH-UFBA). Atualmente é pesquisadora do Laboratório de Estudos Políticos de Defesa e Segurança Pública (LEPDESP-ESG-IESP).
marinarutepacheco@iesp.uerj.br / marinarutepacheco@gmail.com

